



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Sinop Somos Todos Nós

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DOIS

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dois, reuniram-se os senhores vereadores, exceto os vereadores Altair Cavaglieri e Joel Baldo, para a realização da trigésima terceira sessão ordinária do ano em curso. Invocando a Proteção Divina, o Presidente deu início aos trabalhos da sessão ordinária, solicitando de imediato a leitura da ata da sessão anterior. Em discussão, nada havendo, em votação, foi aprovada. Ato contínuo, apresentou-se as correspondências recebidas e expedidas pela Casa. Após, o presidente convocou o suplente de vereador Sérgio Luiz Seger para tomar posse, ocupando assim a vaga deixada pelo vereador Chicão do Varejão em virtude de seu pedido de licença, solicitando ao vereador Pedrinho que fizesse a leitura do termo de posse, após declarando-o empossado. Em seguida, o presidente convocou a suplente de vereadora Terezinha Fátima Zelo para tomar posse, ocupando a vaga deixada pelo vereador Juarez Costa em virtude de seu pedido de licença, solicitando ao vereador Pedrinho que fizesse a leitura do termo de posse, após declarando-a empossada. Ato contínuo, deu-se início ao Grande Expediente. Com a palavra, a vereadora Terezinha primeiramente agradeceu o apoio de sua família e de todos àqueles que nela confiaram seu voto. Disse aos vereadores que estaria ali para defender os interesses da comunidade. Ato contínuo, fez uso da palavra o vereador Sérgio Palmasola. Agradeceu o vereador Garotinho, pela oportunidade concedida a ele para assumir a suplência. Disse à vereadora Terezinha que a partir de agora o Alto da Glória e o São Cristóvão mostrariam sua força, desejando a ela uma boa passagem por esta Casa de Leis, e que juntos pudessem atender a população de Sinop. Com a palavra, o vereador Jonas Henrique de Lima deu boas-vindas aos vereadores que assumiram naquela noite. Falou sobre a denúncia veiculada no site "Diário da Notícia", de que uma máquina pertencente ao município de Sinop estaria realizando serviços particulares. Disse que não era verdade o trecho da denúncia que afirmava que os parceiros da Gleba Mercedes V foram enganados, porque ele tinha acompanhado pessoalmente o trabalho dos maquinários naquele local. Disse que mesmo assim ainda havia muito que se fazer naquela gleba, mesmo porque nunca foi feito nada naquela localidade pela prefeitura de Tapurah, antes da anexação da área ao município de Sinop. Falou que aquelas denúncias tinham somente o escopo de denegrir a administração municipal. Aparteando, o vereador Júlio Dias ratificou a afirmativa do vereador Jonas de Lima, pois tinha visto pessoalmente o bom trabalho executado nas estradas da gleba, dizendo ainda que a denúncia era infundada. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o vereador Jonas de Lima disse que estaria acompanhando a continuidade do bom trabalho que vinha sendo realizado pelas secretarias de obras, de educação e de saúde na Gleba Mercedes V. Por fim, disse que não estava lá somente para defender a administração municipal, mas não poderia admitir denúncias daquela natureza. Ato contínuo, o vereador Pedrinho cumprimentou os vereadores que davam oportunidade para que os suplentes assumissem, dizendo ser essa uma forma de fazer política partidária, pois aqueles que foram eleitos o fizeram graças ao sistema de legenda. Solicitou envio de ofício — em seu nome, e em nome daquele que também quisesse subscrevê-lo — ao suplente de senador Jorge Yanai, cumprimentando-o pelo resultado nas eleições, desejando



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Sinop Somos Todos Nós

relatório final apresentava sugestões ao Poder Público. Falou que se sentia agraciada por ter trabalhado na comissão com os vereadores Müller e Mauro Garcia, e agradeceu o trabalho realizado pela sua assessora. Para finalizar, disse que em todas as comissões que participou, sempre procurou apresentar resultados idôneos. Ato contínuo, o vereador Milton Figueirêdo primeiramente parabenizou os vereadores que assumiram naquela noite. Disse que ao analisar as pesquisas eleitorais, chegava-se a conclusão de que o grande vencedor do pleito seria o Duda Mendonça. Disse que achava que o povo brasileiro havia adquirido um critério mais apurado para votar em um governante após ter sido mal governado pelo presidente Collor de Melo, cujo plano econômico implantado por ele causava reflexos negativos em nossa economia até hoje. Disse que Lula tinha grandes qualidades, porém estava passando a falsa impressão ao eleitor de que resolveria os problemas do país com facilidade, o que não era verdade, achando que o mesmo deveria ter mais responsabilidade em suas declarações, pois ao não cumprir com as promessas de campanha, o país correria o sério risco de entrar em colapso econômico. Disse que ele e outros companheiros tinham se reunido com alguns agricultores no plenário desta Casa para ouvirem os problemas que aquele segmento apresentava. Soube que o Prefeito Municipal não havia gostado dessa situação, pois pensou que ele estava fazendo um trabalho para denegrir sua administração na área da agricultura, o que não era verdade. Disse que, na realidade, não havia em Sinop uma política pública voltada para o pequeno agricultor. Elencou as inúmeras reivindicações dos agricultores. Aparteando, o vereador Mauro Garcia — que também estava na reunião com os agricultores — disse que realmente a Secretaria de Agricultura apresentava dificuldades para atender os agricultores. Falou ainda que o grande problema desses agricultores era a dificuldade em se vender a produção. Salientou da importância da secretaria de agricultura realizar ações para alavancar o setor. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o vereador Milton Figueirêdo finalizou dizendo que não estava fazendo campanha contra o Lula, e que gostaria que estivesse errado nas suas previsões. Ato contínuo, usou da palavra o vereador Jorge Müller, que primeiramente deu boas-vindas aos vereadores que ora tinham assumido. Falou da importância da população levar aos vereadores suas denúncias. Solicitou envio de ofício ao Colégio Regina Pacis, parabenizando pela conquista obtida em competição realizada na cidade de Maceió. Sobre a denúncia de irregularidade no uso de maquinário do município, disse que no passado houve uma denúncia com o mesmo teor, e que após verificação por parte de uma comissão da Câmara Municipal, constatou-se que não tinha fundamento, dizendo que essa era a oportunidade de se realizar um trabalho no mesmo sentido para constatar se a presente denúncia era verdadeira ou não. Aparteando, o vereador Sérgio Palmasola falou de sua intenção de apresentar uma matéria na Casa, autorizando o Poder Executivo a disponibilizar máquinas do município para socorrer agricultores e madeireiros neste período chuvoso. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o vereador Jorge Müller salientou que na realidade a denúncia não foi referente ao melhoramento de uma estrada, mas que, segundo informações, o maquinário foi utilizado para fazer aceiros em uma propriedade particular, a pedido do próprio IBAMA, pois na época estava havendo muitas queimadas na região da Gleba Mercedes V, e se as queimadas não fossem contidas, trariam enormes prejuízos ao proprietário



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Sinop Somos Todos Nós

das terras e conseqüentemente ao próprio município, vez que a propriedade continha milhares de cabeças de gado que estavam correndo risco de vida. Por fim, salientou mais uma vez da importância da formação de uma comissão para averiguar essa situação e trazer à tona a verdade. Transmitindo a presidência ao vereador Jorge Müller, o vereador Baiano Filho fez uso da palavra. Agradeceu o público presente e deu boas-vindas aos vereadores Sérgio Palmasola e Terezinha Zelo, dizendo que ela demonstrou coragem no último pleito eleitoral, ao não aceitar a chantagem da vice-Prefeita Municipal em demovê-la da intenção de apoiá-lo para Deputado Estadual. Sobre a denúncia tão debatida pelos vereadores naquela noite, disse que junto com outros companheiros averiguaram “in loco” a alguns dias, o serviço que foi realizado pelo maquinário do município. Disse que a melhoria na estrada deveria ter sido feita sim, dada sua importância para o escoamento da produção agrícola e madeireira. Contestou porém a abertura dos aceiros em propriedade particular, acreditando que a administração municipal já tivesse providenciando inquérito administrativo para apurar esse fato. Destacou porém que a Gleba Mercedes não tinha sido atendida da maneira que deveria pelas máquinas da Prefeitura Municipal, pois ao percorrer aquela localidade, constatou que apenas uma semana antes do dia da eleição as máquinas lá chegaram, acompanhadas do Secretário Municipal de Agricultura, que distribuiu sementes de arroz para os agricultores. Disse que se as máquinas não retornassem na gleba, as estradas ficariam intransitáveis. Aparteando, o vereador Jonas de Lima disse que a obrigação de realizar melhorias na Gleba Mercedes V era do INCRA, afirmando que os serviços que deviam ser feitos na gleba exigiriam o trabalho de todo o maquinário da Prefeitura Municipal durante sessenta dias, acreditando que nenhuma administração realizaria esse imenso serviço em uma área que ainda não produzia o que se produzia nas regiões próximas de Sinop. Afirmou que se a prefeitura destacasse os maquinários para realizarem os serviços devidos na gleba, durante cerca de sessenta dias, os produtores da região que estavam plantando e colhendo não admitiriam tal situação, pois aquela região ainda não era produtiva. Continuando seu pronunciamento, o vereador Baiano Filho disse que o maquinário não poderia ter chegado lá alguns dias antes das eleições e ido embora também alguns dias depois, dizendo que ainda havia muito que se fazer não só pela gleba, mas também pelas estradas vicinais do município. Teceu comentários acerca das mentirosas acusações feitas na campanha eleitoral de que o chefe do Poder Legislativo era o responsável pelo aumento do I.P.T.U. em Sinop. Falou que outra acusação infundada durante o pleito eleitoral — disseminada por alguém entre os servidores públicos —, foi a de que eles não tinham obtido aumento salarial em virtude do presidente da Câmara não haver autorizado. Disse que entendia perfeitamente a reivindicação dos servidores públicos por aumento salarial, pois seus proventos tinham perdido o poder de compra ao longo de vários anos. Conclamou os vereadores para que discutam um aumento salarial para o funcionalismo público para o ano vindouro, neste momento em que tramita na Casa o projeto de orçamento do município. Disse que era bom o fato de vereadores suplentes analisarem e votarem o orçamento de Sinop. Sugeriu que as comissões de Justiça e Redação e de Finanças, Orçamentos e Fiscalização promovam uma audiência pública para discutir com a sociedade sobre o orçamento de nosso município, promovendo assim o chamado “orçamento

JF

JF



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Sinop Somos Todos Nós

participativo". Falou da importância da implantação da Secretaria Municipal de Esportes em nosso município. Disse que ainda estava cobrando para que o despreparado e incompetente tenente da Polícia Militar fosse punido e transferido de Sinop. Falou que recebeu do comandante da Polícia Militar de Sinop a informação de que ele abriria um inquérito e realizaria uma acareação entre as duas partes para saber quem estava com a verdade. Disse que a verdade todos conheciam, estava nas ruas, nas atitudes truculentas de alguns policiais. Afirmou que iria para a acareação com aquele tenente. Disse que em nenhum momento falou do capitão da corporação, mas que se as coisas não melhorassem, solicitaria também a transferência de quem comanda a Polícia Militar em Sinop. Finalizou dizendo que recebeu uma denúncia de que aqueles que não apoiaram os candidatos do Prefeito Municipal poderiam ser perseguidos. Disse que estava esperando documentos que comprovariam a denúncia. Findo o Grande Expediente, passou-se à apreciação das matérias para ordem do dia. Inicialmente, o presidente informou que foram apresentados para aquiescência do Plenário os requerimentos número dezesseis, barra dois mil e dois e dezessete, barra dois mil e dois, os quais traziam em seu teor a solicitação para que fossem incluídos na ordem do dia e apreciados em primeira e única votação os projetos de lei número vinte e três, barra dois mil e dois, vinte e cinco, barra dois mil e dois e vinte e sete, barra dois mil e dois. Salientou que esses requerimentos possuíam assinaturas suficientes para sua aprovação. Ato contínuo, apresentou-se o Projeto de Lei número vinte e três, barra dois mil e dois, de autoria do Poder Executivo, o Parecer número vinte, barra dois mil e dois, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização, e o Parecer número trinta e quatro, barra dois mil e dois, de autoria da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o Projeto de Lei, com a palavra o vereador Pedro Mendes disse que iria analisar minuciosamente os projetos de lei encaminhados pelo executivo, em especial o projeto de lei que autorizava o aumento de percentual para remanejamento das verbas do município em até quarenta por cento. Sobre o aumento de arrecadação, disse que o povo não suportava mais a carga de impostos e por isso tinha dado sua resposta nas urnas. Em relação à afirmação de que o aumento do I.P.T.U. foi aprovado por unanimidade, disse que ele e alguns outros vereadores talvez não tivessem declarado a tempo a intenção de votarem contra à aprovação daquele projeto, mas que a manifestação contrária estava registrada nos anais. Aparteando, o vereador Baiano Filho disse que os vereadores Pedro Mendes, Juarez Costa, Darci Pedrazzani e Alexandre Picin estiveram presentes nas discussões sobre o Código Tributário, e que na oportunidade o vereador Pedro Mendes até trabalhou para que as alíquotas contidas no Código Tributário fossem menores, porém, no ato da votação, ele e aqueles outros vereadores citados, talvez por descuido, não se manifestaram contra o projeto, sendo que dessa maneira o projeto recebeu aprovação unânime dos vereadores. Continuando com seu pronunciamento, o vereador Pedro Mendes disse que no momento da votação foi-lhes intencionalmente desviada a atenção. Falou que a lei apresentava dois momentos: o seu espírito e a sua consecução. Assim, no espírito da lei, estava consolidada de forma definitiva a posição contrária desses vereadores, que aliás estavam com a consciência limpa. Disse que em nenhum lugar no país se convocava sessão



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Sinop Somos Todos Nós

extraordinária para se votar código tributário. Solicitando novamente o aparte, o vereador Baiano Filho registrou que não tinha sido ele quem convocou a sessão extraordinária para votar o Código Tributário, e que se as comissões tivessem atuado com mais eficácia na análise da matéria, o código não precisaria ter sido votado em sessão extraordinária. O vereador Pedro Mendes lamentou sobre a situação das comissões da Casa. Por fim, disse que felizmente Sinop — ao contrário de outras localidades que passavam por crises —, tinha o privilégio de poder estar votando suplementação orçamentária em virtude do aumento de arrecadação. O vereador Baiano Filho registrou que o Código Tributário foi votado em sessão extraordinária, no período em que o Poder Legislativo se encontrava em recesso parlamentar. Ainda em discussão o projeto, o vereador Pedrinho disse que um determinado vereador desta Casa que foi candidato a deputado estadual, dizia no palanque que votou contrário ao Código Tributário, mas que na realidade tinha ajudado a aprovar todas as taxas e impostos. Com a palavra, o Presidente lembrou ao vereador Pedrinho que era deselegante criticar um vereador que estava ausente. Continuando, o vereador Pedrinho lembrou o Presidente acerca do requerimento que solicitava dispensa de interstício regimental para os projetos de lei número vinte e três e vinte e cinco, barra dois mil e dois. Ainda em discussão o projeto, nada havendo, em primeira e única votação, o projeto de lei número vinte e três, barra dois mil e dois foi aprovado. Em seguida, o Presidente encaminhou para análise das comissões competentes o Projeto de Lei número vinte e quatro, barra dois mil e dois, de autoria do Poder Executivo. Ato contínuo, apresentou-se o Projeto de Lei número vinte e cinco, barra dois mil e dois, de autoria do Poder Executivo, o Parecer número trinta e cinco, barra dois mil e dois, de autoria da Comissão de Justiça e Redação e o Parecer número vinte e um, barra dois mil e dois, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o Projeto de Lei, a vereadora Cleuza Navarini, em relação ao I.P.T.U., lembrou que o que sai do povo volta ao povo. Explicou — para cientificar a sociedade — sobre o porquê da questão da dispensa de interstício regimental para votação de uma matéria, dando como exemplo o projeto para a construção do I.M.L. Disse que a urgência da matéria se dava ao fato de que os médicos legistas — tão criticados ultimamente — faziam a perícia dos corpos em seus próprios consultórios, com seus equipamentos e pessoal, pois não tinham um local específico para esse atendimento, por isso precisavam urgentemente de um I.M.L., imprimindo assim maior agilidade nos trabalhos. Disse que a construção desse I.M.L. era ao mesmo tempo uma pequena mas importante conquista. Ainda em discussão, o vereador Pedrinho disse que a demora na liberação dos corpos em Sinop só ocorria com um médico legista. Falou que a Prefeitura Municipal receberia do governo estadual um veículo tipo rabeção e três geladeiras. Por fim, disse que o local para a construção do I.M.L. já estava definido. Ainda em discussão o projeto, o vereador Jonas de Lima disse que estava feliz pela construção do I.M.L. em Sinop, vez que ele, no início de seu mandato, trabalhou para sua concretização, contando inclusive com a colaboração do doutor Kato. Ainda em discussão, com a palavra o vereador Sérgio Palmasola parabenizou a iniciativa do Poder Executivo pelo projeto e se disse preocupado com o fato de que este I.M.L. iria receber corpos de outras localidades, assim como o P.A.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Sinop Somos Todos Nós

recebia doentes de outras cidades, fazendo com que Sinop tivesse sempre que arcar com esse ônus. Ainda em discussão o projeto, nada havendo, em primeira e única votação foi aprovado. Ato contínuo, apresentou-se o Projeto de Lei número vinte e seis, barra dois mil e dois, de autoria do Poder Executivo, o Parecer número vinte e dois, barra dois mil e dois, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização, e o Parecer número trinta e seis, barra dois mil e dois, de autoria da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, com a palavra a vereadora Cleuza Navarini disse que a sociedade organizada sempre teve em suas mãos a responsabilidade de resolver os problemas comunitários, a exemplo da CAOPA, que estava se responsabilizando pela recuperação de adolescentes. Disse que era necessária a urgência desse projeto e que a verba destinada para o projeto na verdade era pequena para o grandioso trabalho daquele centro. Disse que talvez esse tipo de projeto fosse ilegal, mas que pelo prisma moral ele era necessário. Com a palavra, o vereador Pedro Mendes apresentou uma emenda verbal ao projeto, para que a verba destinada ao centro de recuperação fosse liberada em três parcelas, e não em cinco como previsto no projeto original. A emenda verbal foi deliberada e aprovada pelo Plenário. Com a palavra, o vereador Pedrinho, em nome de sua bancada, posicionou-se favoravelmente à emenda do vereador Pedro Mendes. Ato contínuo, o vereador Júlio Dias, membro da diretoria da CAOPA, informou à Casa que o centro estava funcionando provisoriamente em um centro espírita e que tinha recebido muitas doações. Disse ser gratificante trabalhar em prol da juventude e que ficava feliz pelo apoio que vinham recebendo dos Poderes Executivo e Legislativo. Ainda em discussão, nada havendo, em primeira e única votação foi aprovado o Projeto de Lei número vinte e seis, barra dois mil e dois, de autoria do Poder Executivo. Ato contínuo, foi apresentado o requerimento número quinze, barra dois mil e dois, de autoria de vereadores. Em discussão, com a palavra, o vereador Jonas de Lima registrou que não tinha assinado o requerimento porque achava que o Prefeito tinha muito mais com o que se preocupar do que com essa denúncia infundada, feita por pessoas irresponsáveis. Ainda em discussão, o vereador Pedrinho disse que entendia o posicionamento do vereador Jonas de Lima. Falou que era sabido por todos que, desde os idos da primeira administração dessa cidade, o maquinário do município sempre prestou serviços particulares. O vereador Mauro Garcia disse que se a lei não permitia, não se poderia ser conivente com tal situação. Falou que era importante que o Prefeito Municipal desse sua versão dos fatos. Ainda em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Ivonei do São Cristóvão disse que os vereadores poderiam dar um aval para a Prefeitura Municipal no sentido de que o Prefeito não precisasse de autorização desta Casa para realizar serviços emergenciais, citando como exemplo a construção de aceiros. Aparteando, a vereadora Cleuza Navarini fez uma comparação do uso de máquinas da prefeitura em serviços particulares com o fato de que, muitas vezes, os vereadores aprovaram indicações que solicitavam benfeitorias em loteamentos irregulares, o que era ilegal — pois estava privilegiando o dono do loteamento —, mas não era imoral, pois o povo precisava dessas melhorias. Ainda em discussão, nada havendo, em votação, o requerimento número quinze, barra dois mil e dois, foi aprovado, com os votos contrários dos vereadores Jonas Henrique de Lima e Cleuza Navarini. Ato



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Sinop Somos Todos Nós

contínuo, foi apresentada a indicação número cento e oitenta e três, barra dois mil e dois, de autoria do vereador Pedrinho. Em discussão, nada havendo, em votação, foi aprovada. Em seguida, apresentou-se a indicação número cento e oitenta e quatro, barra dois mil e dois, de autoria do vereador Ivonei do São Cristóvão. Em discussão, o vereador autor a justificou. Ainda em discussão a matéria, com a palavra a vereadora Cleuza Navarini disse que um mini-curso não resolveria o problema. Falou que para resolvê-lo, deveriam ser multados aqueles que realizassem a poda mal feita. Sugeriu que não se realizasse um mini-curso, mas um curso completo de preservação da natureza, com a participação de engenheiros, Secretaria de Meio Ambiente, viveiros e escolas, pois era muito importante incentivar a consciência ecológica. Ainda em discussão, o vereador Jorge Müller disse que em várias oportunidades denunciou na Casa derrubada de árvores sem a devida reposição. Disse que o Poder Executivo deveria criar secretarias de agricultura e meio ambiente separadas, pois cada área defendia interesses antagônicos. Ainda em discussão, com a palavra o vereador Jonas Henrique de Lima sugeriu ao vereador autor que ao invés da indicação apresentasse um projeto de lei para que os profissionais que realizam as podas se enquadrem nos ditames da lei. Ainda em discussão a indicação, nada havendo, em votação, foi aprovada. Ato contínuo, foi apresentada a indicação número cento e oitenta e cinco, barra dois mil e dois, de autoria do vereador Júlio Dias. Em discussão, nada havendo, em votação, foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e se achada conforme, irá assinada pelo presidente e secretário.

Jonas Henrique de Lima

Júlio Dias